



IV SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

“ A pesquisa em desenvolvimento regional: desafios, oportunidades e estratégias de cooperação no Brasil”

25 DE ABRIL DE 2019

Local: Bloco 10, sala 1002

RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. ORGANIZAÇÃO

O IV Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional – OBSERVA-DR organizado e promovido pelo Observatório do Desenvolvimento Regional e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC (PPGDR-UNISC), com apoio da FAPERGS-RS.

O evento foi organizado por uma comissão formada por integrantes da coordenação do OBSERVA DR, pesquisadores e discentes do PPGDR-UNISC. Esta comissão foi responsável pela estruturação da programação, produção das necessidades logísticas e técnicas do evento, bem como a divulgação e registro.

2. REALIZAÇÃO

O IV Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional – OBSERVA-DR foi realizado no dia 25 de abril de 2019. O evento ocorreu no Campus de Santa Cruz do Sul-RS, da Universidade de Santa Cruz do Sul, reunindo aproximadamente 80 participantes. Do público total, 60 eram coordenadores, pesquisadores e discentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação, relacionados à temática do Desenvolvimento Regional e membros do OBSERVA-DR:

- Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento – UFSM
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNIJUI;
- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – UFRRJ
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – UFCA
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas - UFFS
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - FURB
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE
- Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES – UFRGS;
- Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional – UNITAU;

Registramos também participantes das seguintes instituições:

- Arranjo Produtivo Local (APL) do Vale do Rio Pardo - RS
- Associação Gaúcha Pré-escolas Famílias Agrícolas – AGEFA
- Central Única de Trabalhadores – CUT
- Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ;
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG
- Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEPG
- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS
- Universidade Federal do Pampa – UFP

3. PROGRAMAÇÃO

8h30 – Recepção e credenciamento

9h – Mesa de Abertura

- Dr. Rogério Leandro de Lima da Silveira (Coordenador do PPGDR-INISC e do OBSERVA – DR)
- Dra. Andréia Rosane de Moura Valim (Pró-Reitora de Pesquisa e de Pós-Graduação da UNISC)



9h30 Mesa Redonda 1 - A agenda de pesquisa em desenvolvimento regional: oportunidades e possibilidades de projetos de pesquisa em rede

- *Mediador:* Dr. Rogério Leandro de Lima da Silveira (Coordenador do PPGDR-UNISC e do OBSERVA – DR)
- *Palestrantes:*
- Dr. Moacir José Santos (PPGDR - UNITAU/SP)
- Dr^a Anelise Graciele Rambo (PPGDREDES – UFRGS/RS)
- Dr. Sérgio Luis Allebrandt (PPGDR - UNIJUÍ/RS)

12h Intervalo para o almoço

14h Mesa Redonda 2: A pesquisa sobre o desenvolvimento regional no Brasil: Experiências Recentes, Desafios Futuros

- *Mediadora:* Dra. Cidonea Deponti (Vice-Coordenadora do PPGDR-UNISC)
- Dr^a Tatiana Cotta Gonçalves (PPGDT - UFRRJ/RJ)
- Dr. Francisco do Ó de Lima Júnior (PPGPDTS - UERN/RN)
- Dr. Ivo Marcos Theis (PPGDR - FURB/SC)

16h30 Encaminhamentos Para Ações Futuras Do OBSERVA-DR

4. SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES E DEBATES REALIZADOS

Mesa de Abertura

Dra Adréia Rosane de Moura Valim - Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Refere a importância do PPGDR para a UNISC e na qualidade da formação de mestres e doutores de todo o Brasil, salientando o reconhecimento da FINEP e de diversas universidades, diante da história do programa.

Rogério Silveira, Coordenador do PPGDR e do OBSERVA – DR

Cumprimenta os presentes, com destaque para os representantes de movimentos sociais. Salienta os 25 anos do PPGDR, suas conquistas e relação com a comunidade e outras IES. Apresenta a programação do evento, agradecendo os palestrantes presentes.

Mesa Redonda 1 - A agenda de pesquisa em desenvolvimento regional: oportunidades e possibilidades de projetos de pesquisa em rede

Mediador: Dr. Rogério Silveira



Dr. Moacir José Santos (PPGDR - UNITAU/SP)

Inicia questionando, Desenvolvimento Regional ou Ciência Regional? Argumenta sobre a relevância de diferentes elementos para a composição do campo de conhecimento, tais como: tempo e espaço, Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, objetos, diagnóstico.

Quais são as nossas oportunidades? Temos um campo de conhecimento em expansão, com reconhecimento de área na CAPES e contribuição de diversas áreas disciplinares, que juntas atuam em um campo de conhecimento em expansão. O desafio está em avançar na construção de uma ciência regional comum, com objetos conjuntos entre os PPGDRs, criando uma associação entre os programas, seja através de eventos, pesquisas e projetos. A internacionalização, desenvolvida na Europa prioritariamente, ainda necessita de consolidação no Brasil e países parceiros, considerando os efeitos e desafios impostos pela globalização.

Destaca a necessidade de coerência epistemológica, conforme esforço de Harvey, considerando as transformações das tecnologias e das regiões no contexto do capital. A construção de interlocuções, diante da diversidade regional, o que induz a novos objetos e novos recortes, visando uma metodologia coerente dos os objetivos da ciência regional. Qual a metodologia da ciência regional? Ela irá reproduzir as metodologias disciplinares ou irá construir a sua? Deve-se pensar novas metodologias diante destes novos objetos, o que só é possível através das pesquisas em conjunto, em rede, trazida pela associação entre os PPGDRs.

Quais são nossas possibilidades: Temos uma expansão do campo de conhecimento. Há um deslocamento temporal e geográfico das crises do capital, com necessidade de novas formas de investigação. A ciência regional faz parte das ciências sociais, e deve devolver à sociedade suas descobertas, sendo este um compromisso, que não se resume a construção de diagnósticos dos deslocamentos geográficos e migratórios do Capital. Assinalou que as pesquisas devem ter ressonância com as necessidades da comunidade, sendo capazes de subsidiar políticas públicas de desenvolvimento, o que pode estar sendo realizado, mas não publicitado. Isto se dá principalmente pela diversidade das pesquisas dos PPGDRs, capazes de aplicar diversas áreas de pesquisa. O

questionamento é que tipos de políticas públicas podemos desenvolver frente os avanços da lógica exploratória do Capital.

As singularidades e a diversidades regionais formam as possibilidades para o desenvolvimento de agendas conjuntas entre os programas, na construção de novos objetos. A proposição de linhas de pesquisa interdisciplinares possibilita o compartilhamento de experiências comuns, incorporando temas e objetos resultantes desta interdisciplinaridade. Para isso, se faz necessário identificar os bloqueios ao desenvolvimento regional em suas diversas expressões.

A internacionalização é uma experiência positiva dentro das possibilidades, dando destaque para os intercâmbios de conhecimentos e pesquisadores e a construção de programas de pesquisas compartilhados e institucionalizados, visando manter uma relação contínua entre os PPGDRs. Por estas propostas em ação exige a proposição de novos arranjos institucionais para o desenvolvimento regional e a participação na elaboração e execução de políticas públicas. A elevação das pesquisas interinstitucionais e a promoção de ações relacionadas à inclusão regional.



Dra Anelise Graciele Rambo (PPGDREDES – UFRGS/RS)

Fala sobre a experiência de construção de um Programa de Pós-graduação no campo do Desenvolvimento Regional e algumas angústias frente à crise político-econômica do país, com uma agenda neoliberal “esquizofrênica”, que ao mesmo tempo abre espaço para pensarmos as regiões, porém com a diminuição das políticas públicas. As regiões, neste contexto, necessitaram pensar soluções para os conflitos e para o seu próprio desenvolvimento. No que diz respeito a possibilidades de pesquisa, há interessantes nova frentes de pesquisa que podem ser abertas.

A alimentação surge como possibilidade diante da maior visualização deste tema na mídia, com o avanço do entendimento sobre a necessidade de uma alimentação saudável. O desenvolvimento regional pode aproveitar este momento e avançar, sendo que a fome no mundo voltou a aumentar, por um lado, e por outro lado temos um aumento crescente da obesidade. Apresenta as metas do relatório do MAPA (2016-2026), baseadas apenas no aumento da produção de grãos e carnes que destoam da consciência emergente dos consumidores. Questiona a ideia de investir em *commodities* como estratégia de desenvolvimento regional, sendo que o Brasil caminha para fomentar os impérios alimentares, ameaçando o patrimônio cultural da sociedade. Solução seria os circuitos curtos e descentralizados de comercialização, aproximando o consumidor do produtor. Questiona como se configuram as dinâmicas territoriais no que diz respeito a alimentação e ao abastecimento da população.

Existe a necessidade de aproximar a gestão estratégica da gestão social, envolvendo os atores territoriais. Critica o fato destes atores terem focado muito nos recursos. A política territorial mostrou-se como uma política *top-down*, com pouca expressão e envolvimento dos atores sociais. Neste contexto, apresenta a proposta de parcerias para o estudo da política territorial, apresentando a “Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial” como mecanismo para avançar em pesquisas sobre o território. O “IGS – Índice de Gestão Social” também é um banco de dados disponível para análise e que convida pesquisadores para analisar estes dados.

Outra possibilidade é discutir o instrumento de análise da gestão regional, agregando os COREDEs e seus projetos às pesquisas desenvolvidas em uma região. Realizar estudos comparativos entre COREDEs e Colegiados dos Territórios, compreendendo que os COREDEs “sobrevivem” até hoje e os colegiados perdem força no campo do desenvolvimento regional. Sobre a análise dos COREDEs, apresenta a pesquisa comparativa entre os projetos, publicado em 2017, apresentando a tendência na resolução de demandas locais, desvinculadas de problemáticas regionais. A pouca participação social e a maioria de participação de pessoas ligadas ao Estado, reproduzindo tendências vindas da administração pública. Quais os rebatimentos territoriais destas constatações? Apresenta ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) da ONU, salientando a possibilidade de parcerias e cooperações para discutir a implementação da ODS.

Outras inquietações dizem respeito às compreensões e percepções dos atores sociais sobre o desenvolvimento regional, que pedem um diálogo aprofundado para desenvolver estratégias e parcerias. Neste contexto, deve-se valorizar as inovações, potencialidades, recursos e ativos das diferentes regiões, e suas possibilidades para o desenvolvimento regional. Destaca a necessidade de compreender as escalas rurais e urbanas, mostrando como fundamental a relação entre a pesquisa e a extensão. Assim, parece fundamental que as agendas de pesquisa gerem resultados que subsidiem os atores territoriais (locais e regionais) a gestarem seu desenvolvimento.



Dr. Sérgio Luis Allebrandt (PPGDR - UNIJUÍ/RS)

Inicia falando sobre a exigência de produção para os programas *stricto sensu* e a emergência do trabalho em rede para qualificação dos grupos de pesquisa, em função da importância deste trabalho para o aprimoramento dos programas de pós-graduação. Referência aos editais da CAPES que fomentam este trabalho, sendo proposto em alguns o envolvimento de ensino e prática. Enfatiza o OBSERVA-DR como uma experiência positiva do ponto de vista da construção do conhecimento, salientando que o caráter do trabalho em rede na pesquisa é constituído da interdisciplinaridade. Este trabalho fortalece as pesquisas e facilita a internacionalização das pesquisas, o que é uma forte exigência para os programas e universidades.

Traz como problema a questão quantitativa da produção científica, que avalia apenas os produtos (produções e projetos aprovados), sendo esta relação das redes, não avaliada e não visto como produtos no sistema avaliativo da

CAPES. Existe a necessidade de um olhar mais efetivo sobre a necessidade de que a atuação em rede seja reconhecida pela parte dos processos institucionais de avaliação, o que se vale também para a extensão, que enfrenta o mesmo desafio. Faz a crítica ao processo de avaliação para fomento dos programas, mostrando os critérios de exigência aos professores e o fomento da concorrência entre os pares de uma instituição, o que dificulta a relação em rede. Este 'jogo' condiz com a lógica de mercado, mas não com uma lógica cooperativa, andando na contramão do desenvolvimento de redes de pesquisa.

Discursa sobre a diferença das pesquisas, apresentando a pesquisa teórica que possui menos relação com as ações e com uma alta exigência conceitual. A pesquisa metodológica discute os processos epistemológicos, o que é uma necessidade a ser proposta para os editais de pesquisa. A terceira – a pesquisa empírica – está mais voltada para buscar os dados da realidade, mantendo o vínculo com o concreto, mas que não se separam das outras. Por fim, seria a pesquisa prática, que tem um caráter mais interventivo, sendo esta que faz a ponte com a extensão, presente em medidas diferentes, em cada instituição. Independentemente do tipo de pesquisa, cada pesquisa precisa, necessariamente, abarcar as outras e contemplar as exigências particulares para resolução dos objetivos.

Existem as pesquisas dos Grupos de Pesquisa, oriundas dos projetos dos professores e aquelas oriundas das teses e dissertações, mostrando a diferença entre as duas, sendo aquelas oriundas dos discentes, como pesquisas individuais e com pouca possibilidade de reprodução em rede. Já os projetos de pesquisa institucionalizados possuem maior possibilidade de atuar em rede, respeitando um processo busca do conhecimento.

Pensando em assuntos ou objetos de pesquisa com capacidade de serem trabalhados interinstitucionais, salienta o projeto do "Controle social do Desenvolvimento Regional", desenvolvido em seu programa. O projeto avalia, através de estudos de casos desenvolvidos em quatro dissertações de mestrado, a capacidade de participação social dos COREDEs no controle social. A nova dimensão do projeto busca avançar para além do Rio Grande do Sul e analisar o controle social a partir dos arranjos e espaços públicos da sociedade civil trabalhados em diferentes regiões do Brasil, o que exige um trabalho em rede e o envolvimento de diversas universidades.

Outro tema que considera importante para análise em rede é a questão das cidades médias, a qual tem possibilidade de ser desenvolvida e compartilhada em diversas regiões, compreendendo as diferenças regionais, mas valorizando suas relações e a contribuição deste debate para o desenvolvimento regional. Outro tema importante é a discussão das políticas públicas locais nas regiões de fronteira. Algumas pesquisas de doutorandos analisam a dinâmica entre as regiões (chamada faixa de fronteira) o que tem interesse também para os países vizinhos, com possibilidade de criação de um objeto de pesquisa em rede, com potencial para parcerias internacionais. Os fluxos migratórios também é um objeto de estudo com possibilidade de investigação em rede, tanto para as regiões que perderam populações e aquelas que recebem uma nova população. Apresenta estudos que indicam que a região norte do estado chegou a perder mais de 50 mil habitantes, onde 50% migrou para o estado de Santa Catarina. Questiona qual o impacto destas migrações no desenvolvimento regional. Sobre isso, ressalta o elemento sobre a qualificação profissional destas populações e a questão da taxa de população idosa que permanece. Finaliza reforçando a necessidade de parcerias em pesquisa e na construção de redes entre os programas de Desenvolvimento Regional.

Após as intervenções, a plenária foi aberta para debate com o público.

Mesa Redonda 2: A pesquisa sobre o desenvolvimento regional no Brasil: Experiências Recentes, Desafios Futuros

Mediadora: Dra. Cidonea Deponti (Vice-Coordenadora do PPGDR-UNISC)



Dr^a Tatiana Cotta Gonçalves (PPGDT - UFRRJ/RJ)

Explica sobre os desafios postos ao seu curso, que se propõe a discutir o rural em um ambiente predominantemente urbano, estando atualmente em sua sexta turma de mestrado, considerado um curso recente. Apresenta o plano de discussão sobre o planejamento da região metropolitana do Rio de Janeiro, em tramitação e que envolve uma importante mobilização social para sua implementação. Apresenta o território do Rio do estado do Rio de Janeiro, que em maioria tem uma organização rural, mas organizado a partir dos interesses da cidade, ou historicamente, pelos interesses do Império e da extração de areia e pelo caminho do ouro. Apresenta ainda as diferenças territoriais entre o valor dos imóveis e a atividade industrial da periferia da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Caracteriza seu território como um local periférico, local de moradia da classe trabalhadora e com o histórico de ter sido o 'quintal' da cidade do Rio, ou aquele local onde se instalava aquilo que a cidade não quer, inclusive o tráfico de drogas e as milícias. Explica que o fenômeno das milícias se expressa no controle do bairro/favela, inclusive mantendo o controle sobre o comércio, sendo este um fenômeno em estudo pelas ciências sociais.

Sobre os estudos realizados pelo PPGDT, destaca o início do olhar para os municípios rurais, a região metropolitana, a Ilha grande e os conflitos existentes nessas regiões, condicionado aos interesses de pesquisa dos alunos e professores. O objetivo é estudar e dar voz as populações atingidas pela desigualdade, oriunda do conflito territorial dos povos, como quilombolas e pequenos agricultores. Fala sobre o NAJUP, que nasce no final da ditadura dentro das universidades federais, sendo um núcleo de assessoria para os grupos sociais e um caminho para acolher demandas da população. Explica que na prática, a ação e a pesquisa andam juntas, se confundindo no meio do processo, mas nunca se separam. Apresenta fotos das atividades de extensão, voltadas para a criação de processos de usucapião de agricultores, melhorias das moradias, assessoria para moradores de assentamentos, com prestação de benefícios assistenciais para as famílias. Participam ainda da revisão do Plano Diretor de Japeri, mediando conflitos entre as milícias, extratores de areia, prefeitura e moradores/trabalhadores.

Finaliza apresentando os desafios, como: a) Acesso aos dados públicos que não estão disponíveis; b) Dificuldade de relacionamento com os atores de governança pública; c) Políticas de extermínio.



Dr. Francisco do Ó de Lima Júnior (PPGPDTS - UERN/RN)

Inicia a fala fazendo referência ao PPGDR-UNISC e sua influência na criação e implementação de muitos programas de pós-graduação em desenvolvimento regional. Caracteriza sua região, sendo a 'tromba do elefante', referência ao desenho geográfico das fronteiras dos estados vizinhos do Rio Grande do Norte e o Ceará. Sua cidade é a menor cidade do país a ter um curso de doutorado. Alto Oeste Potiguar e o Cariri Cearense são as regiões de estudo do PPGDTS, explicando que o território é extremamente bairrista e mantém uma relação conservadora com sua cultura. Resume os desafios sobre o compreender as dinâmicas urbano-regionais, que possuem contextos particulares e marcado pela exploração exacerbada dos trabalhadores, que possuem configurações trabalhistas similares a escravidão. Relata os desafios para implementação de dois programas de pós-graduação em uma localidade interiorana, assumido no seminário brasileiro e denominado PLANDITES.

Na criação da PLANDITES, que possui um quadro de pesquisadores com diferentes formações disciplinares, buscou-se priorizar a formação de quadros políticos de excelência para atuação em órgãos públicos, com diversos egressos envolvidos na gestão pública (gestores, vereadores, coord. do IBAMA, entre tantos outros órgãos). O foco é desenvolver quadros qualificados para promover o desenvolvimento territorial e políticas públicas, dentro de órgãos do governo.

As pesquisas elaboradas pelo PLANDITES têm compromisso com o desenvolvimento regional de localidades e municípios pobres, embasando políticas públicas condizente com as necessidades da população. Em suma, os alunos são moradores próximos, especialmente do RN.

Explica o conceito de Geopark, chancelado pelo programa de Ciências da Terra da UNESCO e gerido pela UFCA e UERN, definido como um padrão de constituição territorial caracterizado pela identificação particular de um inventário geológico de relevância e raro (SALLES, 2008, p. 65). Relata brevemente o histórico geológico da região Cariri, explicando suas propriedades de preservação de fósseis, considerado a mais propícia do mundo, com um acervo imensurável de relíquias jurássicas, infelizmente explorado pelo tráfico de fósseis do mundo todo. Com um processo de visibilidade internacional, muitas áreas passaram a ser protegidas da exploração do tráfico de fósseis. Para uma região ser considerada Geopark, deve ter, necessariamente pessoas vivendo na região, com o desenvolvimento de pesquisas, o que responde a criação das universidades na região. Apenas seis Geopark's no mundo são geridos por universidades. Finaliza apresentando fotos do Geopark, explicando a história e os planejamentos para o futuro do território e região.



Dr. Ivo Marcos Theis (PPGDR - FURB/SC)

Localiza o território da FURB, sendo um local marcado pelas enchentes, o que marca uma das linhas de pesquisa do PPGDR-FURB, que se baseia nas dinâmicas da água. No âmbito do grupo de pesquisa em que atua, discutem os sistemas produtivos regionais e planejamento regional no estado de Santa Catarina, explorando em especial as experiências de 2000, com previsão de publicação de um livro sobre o tema. Traz que as questões de gênero também estão na pauta dos grupos de pesquisa. Atualmente foca suas pesquisas sobre

o Desenvolvimento Regional no Brasil, visando pensar o território do Brasil e fazendo uma leitura do pensamento social brasileiro e latino-americano e dos 'sistemas mundo'.

Discute sobre a filosofia dos pesquisadores, traz que por muito tempo, principalmente pela linha de análise positivista da realidade, a ciência foi privada da capacidade de sonhar. Crítica que em sua prática não espera mais 'fazer' desenvolvimento regional. Considera o DR como objeto, e seu estudo possui um caráter interdisciplinar, e tem sido um processo de expansão geográfica das forças produtivas e de desarticulação de culturas e biomas. Em uma formação social semiperiférica, como é o caso do Brasil, esse processo tem sido condicionado pela natureza da inserção de sua economia no sistema-mundo. Resumindo, o Brasil é um país que historicamente desorganiza suas regiões por motivações externas e reproduz isso para todas as regiões, chamando isso de Desenvolvimento Regional. Os estudos sobre o 'objeto' DR tem, predominantemente, enfatizado a sua dimensão econômica. Ou seja: tem havido uma identificação dos/as estudiosos/as com o desenvolvimento "econômico" regional. A atenção devotada pelos estudos identificados com desenvolvimento econômico regional às culturas e aos biomas tem dependido de sua "sustentabilidade".

As novidades dos estudos de desenvolvimento regional no Brasil vêm da pós-graduação, fazendo referência para o PPGDR/UNISC neste contexto. Atualmente possuí mais de 30 programas nacionais que discutem o Desenvolvimento Regional, além das tradicionais instituições muito importantes neste processo como o IPEA, IE/Unicamp, CEDEPLAR etc. Estes novos programas em DR surgem no interior do Brasil, onde culturas e biomas vêm sendo ameaçados pelo desenvolvimento econômico regional e a expansão do capitalismo. De fato, estes programas estão longe das capitais, localizados em locais próximos dos problemas provocados pelo desenvolvimento "econômico" regional. Nisto entra os incontáveis problemas de saúde da população de Santa Cruz do Sul, ocasionada pela indústria fumageira.

Os desafios futuros são: O que se deve colocar no lugar da "coisa" Desenvolvimento Regional? E o que seria essa "coisa"? Na conjuntura, nossa energia está sendo focaliza em barrar ou desacelerar a barbárie da sociedade, porém também fornece uma perspectiva utópica de transformação do

entendimento sobre desenvolvimento regional. Quanto à agenda de pesquisa: há que incluir, primordialmente, o estudo do Brasil no seu encaixe no sistema-mundo e concomitantemente o estudo articulado nas diversas escalas das culturas e dos biomas regionais, das raças, dos gêneros, etc. É necessário colocar esses temas na ordem do dia e encaixar o Brasil em um contexto mundial.

Se o Desenvolvimento Regional que vivemos não nos agrada, devemos renunciar a ele e não construir um novo DR. Nós devemos construir nossas escalas, nossas formações sociais e nossos próprios conceitos. Mesmo que não seja possível da noite para o dia, devemos pensar em uma epistemologia nossa. O conhecimento requer uma ciência própria, não um conhecimento introjetado. É necessário a criação de um conhecimento brasileiro e latino-americano. Há que gerar condições para que as comunidades se organizem não mais para que [se] “desenvolvam” [em] suas “regiões”. O desafio posto para a pesquisa em DR está em contribuir para que as comunidades façam a sua história.

Após as intervenções, a plenária foi aberta para debate com o público.



ENCAMINHAMENTOS PARA AÇÕES FUTURAS DO OBSERVA-DR

Através da coordenação do Dr. Rogério Lima foi realizada uma plenária final para debate e definição de encaminhamentos para as próximas ações do OBSERVA DR. Foram acordados os seguintes pontos:

- a. Manifesto: ao longo do dia, foi elaborado um manifesto lido e aprovado nesta plenária expressando a indignação e repúdio dos membros participantes em relação aos cortes de verbas destinadas à educação e à pesquisa, bem como a desqualificação feita ao conhecimento científico, em especial, àquele

produzido pelas ciências humanas. O documento além de ser assinado pelos presentes, será encaminhado para as demais instituições da Rede OBSERVA DR, bem como a para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.

- b. Mobilização para potencialização e atuação em outras redes afins: foi deferido que os pesquisadores e instituições da Rede OBSERVA DR devem na medida do possível buscar potencializar suas ações, através do engajamento em outras redes afins. Em especial, foi citada a possibilidade de engajamento na Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), somando esforços para elaboração de projetos voltados materialização da Agenda 2030 e utilização de Índice de Gestão Social – IGS.
- c. Sessão temáticas livres em eventos: fomentar a realização conjunta de atividades temáticas livres em eventos nacionais frequentados pelos membros da Rede OBSERVA DR como forma de aprofundamento de debate, fortalecimento das ações e promoção das atividades da Rede. Alguns dos eventos citados foram: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural-SOBER e o Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – SEDRES.
- d. Fomentos alternativos à pesquisa: recomenda-se a articulação com novas Instituições que possam financiar pesquisas em rede. Recomenda-se o mapeamento de instituições que necessitam diagnósticos e dados regionais para produção de projetos e captação alternativa de recursos para pesquisa. Entre os exemplos citados estão: Ministério Público (MP) e Tribunal de Contas (TC) em âmbito dos Estados e da União. Além disso, a necessidade de revisão dos planos diretores municipais abre também uma possibilidade de parceria e articulação com diferentes municípios, bem como suas entidades representativas.
- e. Linhas de atuação: a rede OBSERVA DR definiu duas linhas principais de atuação em pesquisa, nas quais diferentes subtemas podem ser desenvolvidos:

- i. **Dinâmicas Territoriais Regionais:** aqui serão trabalhadas questões referentes às relações urbano-rural; às novas ruralidades, aos aglomerados urbanos, às cidades pequenas e médias, aos deslocamentos pendulares, às migrações internas e internacionais, etc.
 - ii. **Políticas Públicas e relações Estado e Sociedade:** aqui serão trabalhadas questões relativas à produção e implementação de políticas públicas, aos direitos sociais, aos consórcios governamentais, aos planos diretores, entre outros.
- f. Acervo Teórico – Metodológico: será disponibilizado no site do OBSERVA-DR uma sessão específica para acervo de referenciais Teórico – Metodológico sobre Desenvolvimento Regional.
 - g. Divulgação da Produção científica e pesquisas dos integrantes da rede através das revistas científicas dos PPGs que integram à rede do OBSERVA-DR. Planejar a organização, em conjunto com os editores dessas revistas, de números especiais com temas de pesquisa desenvolvidos pelo OBSERVA-DR.
 - h. Realização do Próximo V Seminário do OBSERVA-DR: O próximo Seminário deverá acontecer em setembro de 2020, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional – UNITAU e em paralelo a realização do VI Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – SEDRES.

5. DIVULGAÇÃO

De forma a divulgar o evento foram produzidos materiais específicos de divulgação com a programação do evento, veiculados no site do OBSERVA-DR, *fanpage* do OBSERVA-DR no Facebook, e através do envio de e-mails para a rede de Programas de Pós-Graduação parceiros que compõem o Observatório.

Foram elaborados ainda materiais para a imprensa local. No dia 22, 23 e 24 de abril foi produzido e distribuído para a imprensa regional do Vale do Rio Pardo o *release* sobre o IV Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional. No dia 23 de abril de 2019 o coordenador do OBSERVA-DR, Prof. Dr. Rogério

Silveira, foi entrevistado pela Rádio Gazeta AM, apresentando a programação e divulgação do evento.

Nas redes sociais do OBSERVA-DR foram postadas diversos materiais informativos, com alcance nacional, estadual e regional. Posterior ao evento, o programa UNISC Notícias, do canal UNISC TV, realizou uma matéria sobre o seminário, disponível online no site www.unisc.br e www.youtube.com. O IV Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional foi divulgado nas seguintes datas e mídias locais:

JORNAL GAZETA DO SUL - 25 de abril de 2019 (meio físico)

RIOVALE JORNAL - 23 de abril de 2019 (físico e digital)

<http://www.riovalejornal.com.br/materias/23466-seminario-debate-desenvolvimento-regional>

PORTAL GAZ - 22 DE abril de 2019

<http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/04/22/144251-seminario-do-observadr-debate-desenvolvimento-regional.html.php>

ENTREVISTA RADIO GAZETA AM - 23 de abril de 2019

<https://soundcloud.com/rdgazeta/prof-rogerio-leandro-lima-unisc-fala-sobre-seminario-de-desenv-regional-230419>

RADIO SANTA CRUZ - 22 de abril de 2019

<http://radiosantacruz.com.br/online/seminario-do-observadr-debate-desenvolvimento-regional/>

PORTAL ARAUTO - 24 de abril de 2019

<https://www.portalarauto.com.br/Pages/162911/seminario-do-observadr-debate-desenvolvimento-regional>

UNISC TV – 26 de abril de 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=1mDWsUjOUM4>

ANEXO 1 - APRESENTAÇÃO PALESTRANTES – IV SEMINÁRIO OBSERVA-DR

Mesa Redonda 1: A pesquisa sobre o desenvolvimento regional no Brasil: Experiências Recentes, Desafios Futuros

Moderadora: **DRA. CIDONEA MACHADO DEPONTI** – PPGDR/UNISC

Graduada em Ciências Econômicas; Mestre em Integração Latino-Americana; Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia; Doutora em Desenvolvimento Rural; Docente e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul-RS.

PALESTRANTES

DRA. TATIANA COTTA GONÇALVES PEREIRA

Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestrado em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. É professora do Departamento de Ciências Jurídicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica. Na UFRRJ coordena o grupo de pesquisa em Direito e Justiça Ambiental (GPDJA) e é uma das coordenadoras do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem, grupo de extensão que atua na defesa e garantia de direitos socioambientais, prestando assessoria a movimentos populares, organizações da sociedade civil e ainda órgãos públicos.

DR. IVO MARCOS THEIS

Graduado em Economia; Mestre em Administração Pública e Doutor em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, 1997), com Pós-Doutorados em Política Científica e Tecnológica (Unicamp) e em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau desde 1986, com atuação no ensino de graduação (Economia) e pós-graduação (Desenvolvimento Regional) e na pesquisa. Principais áreas de pesquisa: desenvolvimento regional, planejamento regional, políticas de ciência

e tecnologia. Editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

DR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP, na área de Economia Regional e Urbana. Realizou Estágio de Doutorado no Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria, sendo supervisionado pelo Prof. Dr. PhD Martin Coy. Possui Mestrado em Economia e Graduação em Ciências Econômicas. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Economia da URCA (DE/URCA) e também da Diretoria do Geopark Araripe, um Projeto de Desenvolvimento e Preservação Territorial reconhecido e tutelado pelo Programa de Geoparks Mundiais da UNESCO. Desempenha a função de Vice-reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA). É Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais e Pesquisador da Cátedra UNESCO Geoparks, Sustainable Regional Development and Healthy Lifestyles do Programa de Cátedras e Rede UNITWIN da UNESCO.

Mesa Redonda 2: A Agenda de Pesquisa em Desenvolvimento Regional: Oportunidades e Possibilidades de projetos de pesquisa em rede

Moderador: **DR. ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA** – PPGDR/UNISC

Geógrafo graduado pela PUC-RS; Mestre e Doutor em Geografia Humana pela UFSC; Pós-Doutorado em Geografia e Planejamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa; Pesquisador do CNPq – 2; Coordenador, Pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado (UNISC). É líder do GEPEUR - Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos Regionais (CNPq). Coordenador do Observatório do Desenvolvimento Regional. Integra a Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança - REDETEG. Editor da REDES - Revista sobre o Desenvolvimento Regional, do PPGDR-UNISC.

PALESTRANTES

DR. MOACIR JOSÉ DOS SANTOS

Doutor, Mestre e Graduado em História pela UNESP, com pós-doutorado pela Universidade do Minho (UMINHO). Professor da Universidade de Taubaté (UNITAU) e do Centro Universitário Módulo. Professor do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) e do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR) da UNITAU. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Comunicação (NUPEC), membro do grupo de Avaliação e Diagnóstico do Desenvolvimento Regional e do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade de Taubaté, grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Diretor do Instituto Básico de Humanidades (IBH) da UNITAU. Atuou no Projeto Trilhas Culturais, atividade de extensão da UNITAU dedicada ao registro e pesquisa da cultura popular do Vale do Paraíba Paulista.

DRA. ANELISE GRACIELE RAMBO

Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Possui Doutorado em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS); Mestrado em Geografia (UFRGs) e Graduação em Geografia pela UNIJUI. Tem experiência na área de Geografia Humana e Desenvolvimento Rural, atuando principalmente com os temas: território, desenvolvimento territorial, agricultura familiar, escalas geográficas, políticas públicas.

DR. SÉRGIO LUÍS ALLEBRANDT

Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC (2010), Mestre em Gestão Empresarial pela EBAPE/FGV (2001), pós-graduado em Administração Pública pelo CPGA/UFSC (1987), especialista em Contabilidade pela UNIJUÍ (1983), Licenciado em Ciências Químicas e Biológicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (1977) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Administrativas, Econômicas e Contábeis de Ijuí (1979). Professor Titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Coordenador do Programa de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado (PPGDR/UNIJUÍ). Membro do Comitê Científico da UNIJUÍ e do Núcleo de Pesquisa do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), criado em 2002 e do Programa de Extensão Gestão Social e Cidadania. Editor de Seção da Revista Desenvolvimento em Questão.

ANEXO 2 – MANIFESTO DO OBSERVA-DR

Nós, professores, pesquisadores e estudantes de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional de Universidades Públicas e Comunitárias Brasileiras, reunidos por ocasião do IV Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional, no dia 25 de abril de 2019, na Universidade de Santa Cruz do Sul-RS, vimos a público manifestar nossa indignação frente aos rumos que estão sendo impostos à educação e à pesquisa em nosso país.

Vivemos um tempo em que a ordem neoliberal, marcada pela concentração da renda de um lado, e pela exclusão de parcelas cada vez maiores da população, de outro lado, vem ditando as regras intra e internacionalmente. Governos se tornam submissos a essa ordem à custa da perda de direitos sociais e da degradação da qualidade de vida das populações. Danos cada vez maiores vêm sendo impostos à natureza, por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, contaminando solos e águas; pela exploração predatória de minérios, produzindo verdadeiras catástrofes ambientais e sociais; pelo desmantelamento de políticas públicas e pela ofensiva contra direitos sociais, que arrastarão milhões de brasileiros à fome e à miséria.

Contudo, é na área da ciência e da produção e disseminação do saber que a catástrofe maior está sendo implementada.

Ao impor limites ao livre pensar e à livre manifestação nas escolas e nas Universidades; ao cortar verbas destinadas à educação e à pesquisa; ao desqualificar a ciência como interpretação da realidade, o Brasil e os brasileiros estão sendo apequenados, o que resultará em profundas perdas para as atuais e as futuras gerações, e no comprometimento das possibilidades de desenvolvimento do país.

A formação de profissionais qualificados, a produção de conhecimento e o desenvolvimento tecnológico requerem investimentos de recursos financeiros, cuja efetiva destinação não pode ficar à mercê de “opiniões” ou de “convicções” de pessoas completamente despreparadas.

Os grandes avanços que a Pós-Graduação *Stricto Sensu* alcançou no Brasil ao longo das últimas décadas, reconhecida internacionalmente, é decorrente de inúmeros esforços, tanto do poder público quanto das Universidades e, em

particular, do empenho dos profissionais envolvidos e, como tal, tem que se respeitada e valorizada.

Conclamamos a sociedade a mobilizar-se contra essas reformas e a favor de uma agenda de desenvolvimento que contemple políticas de fortalecimento do ensino, da pesquisa e da promoção da qualidade de vida da população brasileira.

Santa Cruz do Sul, 25 de abril de 2019.